

# Portugal: Um novo governo e um relacionamento reformulado com a NATO?

PAULO GORJÃO

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

O embaixador dos EUA em Lisboa, Robert Sherman, manifestou publicamente a sua preocupação com o eventual impacto das alianças políticas do PS com o BE e o PCP, caso o secretário-geral do PS, António Costa, venha a ser indigitado primeiro-ministro pelo Presidente da República, nomeadamente no âmbito dos compromissos internacionais de Portugal.<sup>1</sup> Em causa está a posição política anti-NATO do BE e do PCP, expressa muito claramente nos seus programas eleitorais, mas visível também recentemente nas manifestações contra os exercícios militares da Aliança Atlântica “Trident Juncture 2015”.

Tanto o BE como o PCP foram muito claros nos programas eleitorais que apresentaram recentemente nas eleições legislativas de Outubro de 2015. O primeiro defendendo a “saída [de Portugal] da NATO e a [subsequente] acção diplomática pela [sua] extinção”.<sup>2</sup> O segundo argumentando também na mesma linha a favor da “dissolução da NATO”.<sup>3</sup> Mais recentemente, num co-

municado da coordenadora distrital de Beja, o BE manifestou a sua oposição à realização da primeira fase do exercício da NATO “Trident Juncture 2015” em Beja.<sup>4</sup> Por sua vez, numa nota do seu gabinete de imprensa, o PCP condenou a participação portuguesa nos exercícios militares da NATO.<sup>5</sup>

Inevitavelmente, a resposta política do BE e do PCP não demorou muito tempo. “Uma intolerável ingerência na vida interna de Portugal”, acusa o PCP. Declarações “desajustadas e deselegantes”, refere o BE.<sup>6</sup>

Ainda que se possa questionar a intervenção pública de Sherman, na verdade o argumento de uma eventual ingerência ou de deselegância tem pouco fundamento. A intervenção do embaixador dos EUA, como é evidente, visa exercer alguma pressão pública junto de António Costa. Nada que a política externa portuguesa não tenha

(PCP, Legislativas de 2015), pp. 75 e 82.

1 José Pedro Frazão, “Estados Unidos preocupados com alianças do PS” (*Rádio Renascença*, 19 de Outubro de 2015).

2 “Manifesto Eleitoral” (Bloco de Esquerda, Legislativas de 2015), p. 47.

3 “Política Patriótica e de Esquerda: Soluções para um Portugal com futuro”

4 Liliana Borges, “Bloco de Esquerda rejeita exercício da NATO, Ministério da Defesa critica partido” (*Jornal de Negócios online*, 15 de Outubro de 2015).

5 “Não aos exercícios militares da NATO - Defender a Constituição da República” (PCP, 24 de Outubro de 2015).

6 “‘Intolerável ingerência’. Bloco e PCP criticam entrevista de embaixador dos EUA à Renascença” (*Rádio Renascença*, 20 de Outubro de 2015).



feito também no passado, quer junto dos EUA quer de outros países com quem mantém maior ou menor proximidade diplomática.<sup>7</sup>

Isto dito, a preocupação expressa publicamente por Sherman tem razão de ser?

A resposta pode ser dividida em duas partes distintas. Em primeiro lugar, na eventualidade de António Costa ser indigitado primeiro-ministro, não é de todo crível que um governo minoritário do PS com apoio parlamentar do BE e do PCP venha a contemplar a saída de Portugal da NATO, ou advogue a dissolução da Aliança Atlântica, como defendem um e outro. No seu programa eleitoral, o PS argumentou que “Portugal deve privilegiar nas suas relações externas a participação” na NATO.<sup>8</sup> O posicionamento do PS nos últimos 40 anos de regime democrático e as declarações de António Costa posteriores às eleições legislativas não permitem antecipar qualquer tipo de alteração, ou de revisão, no pensamento e na postura do seu secretário-geral no que se refere à qualidade de Portugal enquanto Estado-membro da NATO.

Em segundo lugar, uma questão diferente é o grau de empenho de Portugal no âmbito dos compromissos colectivos em que está inserido e em particular junto da Aliança Atlântica. Sobre a eventual participação numa grande coligação na Síria, cujos moldes estão ainda por definir, na sua última entrevista televisiva, António Costa excluiu liminarmente o “envolvimento directo de

militares portugueses em combate no terreno”, embora deixando claro que Portugal seria fiel aos seus “compromissos internacionais”.<sup>9</sup> A posição do secretário-geral do PS pode ser lida sobretudo como um sinal de prudência — ou de uma identidade mais “pacifista”, como o próprio referiu numa outra entrevista<sup>10</sup> — mas não permite antecipar qualquer tipo de alteração de orientação decorrente do apoio político do BE ou do PCP.

É certo que o seguro morreu de velho e, nessa medida, compreende-se a intervenção de Sherman. Em todo o caso, a diplomacia portuguesa atingiu há muito tempo um nível de maturidade próprio de uma democracia consolidada e, em circunstâncias normais, não é vítima de rupturas radicais consoante os governos. Como o passado confirma, aliás, ao longo dos últimos 40 anos a componente transatlântica da política externa portuguesa foi, independentemente dos governos, um vector central e uma linha de continuidade.

Em rigor, quem terá alguns motivos para manifestar preocupação com o aparente desinvestimento na relação bilateral é Portugal e não propriamente os EUA, fruto de uma readaptação da Base das Lajes que tem demorado tempo excessivo, não tem tido a devida atenção política e diplomática e que, conseqüentemente, tem vindo a deixar acumular uma bolha de frustração perfeitamente desnecessária junto dos decisores políticos e da opinião pública portuguesa.

7 No que eventualmente poderia também ser considerado uma ingerência ou uma deselegância, ainda esta semana o governo português lamentou “veementemente” as declarações do Presidente da Guiné Equatorial, Teodoro Obiang Nguema, considerando que, a concretizarem-se, representariam uma “grave violação” dos direitos humanos. Ver “Governo português lamenta “veementemente” declarações de Obiang” (*Lusa*, 19 de Outubro de 2015).

8 “Programa Eleitoral do Partido Socialista” (PS, Legislativas de 2015), p. 85.

9 “António Costa não quer ‘militares portugueses em combate no terreno’” (*Rádio Renascença*, 16 de Outubro de 2015).

10 “António Costa em entrevista: ‘Não estou disponível para perder a credibilidade por meia dúzia de votos’” (*RTP*, 10 de Setembro de 2015).

EDITOR | Paulo Gorjão

EDITOR ASSISTENTE | Gustavo Plácido dos Santos

DESIGN | Atelier Teresa Cardoso Bastos

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)  
Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa  
PORTUGAL

<http://www.ipris.org>  
email: [ipris@ipris.org](mailto:ipris@ipris.org)

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do IPRIS.

Parceiros



Mecenas

